



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 1789, de 04 de abril de 2023

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que o cargo lhe confere e nos termos da Lei Estadual 13.666 de 27 de julho de 2000, alterada pelas Leis 14.306 de 12 de novembro de 2002, 15.557 de 16/01/2006, 18.036 de 07 de junho de 2013.

RESOLVE:

I - AUTORIZAR, a transferência de recursos financeiros no valor total de **R\$ 70.000,00** (setenta mil reais) à Unidade Executora do **Conselho Escolar Belizarina Galdino de Oliveira**, inscrito no CNPJ: 00.671.473/0001-10, situado na Rua Z, Qd 38, Área 1, Bairro: Vila Mutirão 2, no município de Goiânia, jurisdicionada a Coordenação Regional de Educação de Goiânia, constante no Processo nº 202300006007614 , de 23 de janeiro de 2023.

II - ESTABELEECER, que o numerário deverá ser creditado à conta nº 125287-9 , Banco do Brasil - 001, Agência: 0752-8, no município de Goiânia, conforme **REX nº 2966**.

III - ESCLARECER, que o referido numerário destina-se ao atendimento das despesas com custeio de MDE para o **Centro de Ensino em Período Integral Severiano de Araújo**, do município de Goiânia, de acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA 2023, publicada no suplemento, Diário Oficial/GO nº 23.949, em 29 de dezembro de 2022, Anexo V, conforme solicitação do Ofício nº 4501/2023/SEDUC (000037233640) e no disposto do Ofício nº 46/2023, referente à **Emenda Parlamentar nº 1561** (000037267536), e as informações no Despacho nº 273/2023/SEDUC/GECRAP (000037867471), Despacho nº 1141/2023/SEDUC/SUPINFRA (000038146671) e Despacho nº 706/2023/SEDUC/COORDASTEC (45744836), devendo ser empenhado de acordo com a Programação de Desembolso Financeiro PDF (46129162).

IV - DETERMINAR, que os recursos deverão ser aplicados até **180 (cento e oitenta) dias** pelo (a) responsável não podendo ser utilizado após a expiração do prazo estabelecido, salvo eventualidade que justifique a prorrogação devidamente autorizada, pela Secretária.

V - DETERMINAR, ao Coordenador Regional de Educação, que promova o procedimento licitatório e/ou dispensa de licitação, o qual deverá ficar sob seu controle, solicitando ao Presidente do Conselho Escolar, que designe

comissões especiais formadas por um servidor efetivo da Coordenação, dois servidores efetivos da unidade escolar e um membro do Conselho Escolar da unidade interessada, exceto seu presidente e também o membro da Comissão de Execução Financeira responsável pelos atos legais do Conselho, aplicando sempre a legislação vigente (Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21 Art. 5º e Súmula 177-TCU); ressalvados os casos de situações de dispensas do Art. 75, Incisos I e II e de aditivos aos contratos, os quais independem do procedimento licitatório.

VI - EXIGIR, quando da prestação de serviços com utilização de mão de obra ou na execução de obras:

I - Certidão Negativa do INSS;

II - Certidão do Fundo de Garantia;

III - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

IV - Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social;

V - Resumo da Folha de Pagamento Mensal.

VII - ESCLARECER, que as obras/serviços ou compras/prestações de serviços só poderão serem iniciados quando os recursos financeiros forem depositados na conta do Conselho.

VIII - DETERMINAR, que o recebimento no caso de serviços/compras será atestado por dois dos membros definidos no item V.

IX - DETERMINAR, que a prestação de contas deverá ser encaminhada a SEDUC até 30 (trinta) dias após o término no prazo de aplicação, observando art. 13 da Lei 13.666/2000, alteração pela Lei 14.306/2002 e Resolução nº 002, de 15 de fevereiro de 2023.

CUMPRA-SE.

Profª Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
Secretária de Estado da Educação



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 05/04/2023, às 08:24, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **46435209** e o código CRC **FAA9BFFB**.



Referência: Processo nº 202300006007614



SEI 46435209